

HABEAS CORPUS Nº 513.636 - SP (2019/0160102-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ANDREA VALDEVITE
ADVOGADO : ANDRÉA VALDEVITE - SP189417
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAIO ALESSANDRO BEGO (PRESO)
PACIENTE : ANDRE GERALDO FIGUEIREDO JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Caio Alessandro Bego e Andre Geraldo Figueiredo Junior**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0000738-07.2017.8.26.0094).

Narram os autos que o paciente Caio foi condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão, e 666 dias-multa; e o paciente Andre, a 8 anos 10 meses e 20 dias de reclusão, e 888 dias-multa, em razão da prática do crime de tráfico de drogas. A apelação criminal interposta pela defesa subiu para o Tribunal de Justiça em 16/3/2018, mas, até o momento, não foi julgada.

Daí o presente *mandamus*, em que a impetrante alega a existência de excesso de prazo no julgamento do apelo defensivo.

Destaca que os pacientes estão presos há um ano e onze meses, mas aguardam o julgamento do recurso há mais de um ano.

Menciona que a demora no julgamento da apelação decorre exclusivamente do Poder Judiciário.

Requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva dos pacientes, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

Em informações prestadas pela Corte estadual, foi noticiado que a Apelação Criminal n. 0000738-07.2017.8.26.0094 está conclusa ao Relator, Desembargador José Raul Gavião de Almeida.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, não vislumbro o constrangimento com a nitidez imprimida na inicial.

Neste momento, não é possível chegar à conclusão de que há desídia ou ineficiência irrazoável no julgamento do recurso dos pacientes.

Ante o exposto, **indefero** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Gabinete do Desembargador José Raul Gavião de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo, acerca do julgamento da Apelação Criminal n. 0000738-07.2017.8.26.0094, encaminhando-se cópia do acórdão, caso já tenha havido o julgamento.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator